Photo: Johan Wildhagen

Longe da meta

Financiamento para povos indígenas e comunidades locais na sua luta para garantir os direitos territoriais e de gestão dos seus territórios em países tropicais (2011-2020)

TRADUÇÃO PARA O PORTUGUÊS DA RELATÓRIO "FALLING SHORT"

PORTUGUESE

Photo: Kyrre Lien

Sumário

O mundo enfrenta duas crises urgentes e inter-relacionadas: as mudanças climáticas e a perda acelerada da biodiversidade. Em nenhum lugar as interconexões entre essas duas crises e suas soluções são mais claras do que nas florestas tropicais.

Esses vastos e complexos ecossistemas são ricos em carbono e abrigam mais da metade das espécies terrestres do mundo. De forma alarmante, as florestas tropicais estão sendo destruídas em um ritmo rápido.

O desmatamento e a degradação das florestas tropicais representam cerca de 15% das emissões anuais de gases de efeito estufa. Um estudo recente da Rainforest Foundation Norway concluiu que um terço da área da floresta tropical foi perdida, enquanto outro terço está degradado, deixando apenas um terço intacto.[1] Proteger e restaurar o que resta deve ser um elemento-chave de qualquer estratégia bem-sucedida para enfrentar as crises do clima e da biodiversidade.

As florestas tropicais também abrigam os povos indígenas e as comunidades locais que têm gerido essas florestas de maneira sustentável há gerações, mas cujas terras e direitos estão cada vez mais ameaçados.

A pesquisa mostra que os povos indígenas e as comunidades locais com direitos territoriais e de gestão desses territórios reconhecidos, são alguns dos melhores guardiões das florestas do mundo. Os benefícios para o clima, a biodiversidade e o desenvolvimento sustentável, graças à gestão dos povos indígenas e das comunidades locais, são significativos, econômicos e com poucos efeitos colaterais negativos para a natureza ou para as pessoas, conforme revelado por evidências científicas crescentes reconhecidas pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) e a Plataforma Intergovernamental para Ciência e Política sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES). Os povos indígenas e as comunidades locais contribuem pouco para as emissões de gases de efeito estufa, enquanto mantêm alguns dos maiores reservatórios de carbono do planeta em suas terras. Em suma, os povos indígenas e as comunidades locais são parceiros essenciais na luta contra mudanças climáticas. Ao mesmo tempo, suas terras estão cada vez mais ameaçadas.

Apesar disso, direitos territoriais e gestão territorial e ambiental por povos indígenas e comunidades locais são temas que receberam pouco financiamento da comunidade internacional em relação a sua real necessidade de recurso e em comparação com outros objetivos ambientais. Este relatório revela que os projetos que apoiam direitos territoriais e gestão territorial e ambiental por povos da floresta receberam aproximadamente US$ 2,7 bilhões entre 2011 e 2020, de doadores bilaterais e multilaterais e organizações filantrópicas privadas, ou seja, apenas US $ 270 milhões por ano. Isso equivale a menos de um por cento da Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA) para mitigação e adaptação às mudanças climáticas durante o mesmo período.

Até o momento, a maior parte do financiamento desembolsado para esses temas flui por meio de grandes intermediários ou como parte de programas maiores, onde as organizações dos povos indígenas e das comunidades locais podem receber subvenções menores.

1) RFN. 2020. “State of the Tropical Rainforest” [Estado da Floresta Tropical]. https://d5i6is0eze552.cloudfront.net/documents/Publikasjoner/Andre-rapporter/State-of-the-Tropical-Rainforest-2020-Rainforest-Foundation-Norway.pdf?mtime=20210311130033

Portanto, apenas uma pequena fração chega às organizações atuando no chão. De todos os projetos identificados neste estudo, apenas 17 por cento incluíram o nome de uma organização de povos indígenas ou comunidade local na descrição da implementação do projeto. Isso equivale a uma média de US $ 46,3 milhões por ano nos trópicos.

Aproximadamente metade do financiamento total é canalizado por meio de instituições multilaterais. Além das instituições multilaterais, os 10 maiores intermediários dos doadores mais importantes incluem uma combinação de grandes ONGs internacionais, agências da ONU e firmas de consultoria - organizações que não são nem indígenas nem de comunidades locais. Historicamente, as instituições multilaterais têm tido um sucesso limitado em chegar à esses atores. diretamente. Por exemplo, o Fundo Cooperativo para o Carbono Florestal (FCPF) (FCPF) do Banco Mundial desembolsou apenas um por cento de seu financiamento total para organizações de povos indígenas e comunidades locais.

Para empoderar os povos indígenas e as comunidades locais a fim de alcançar uma proteção eficaz da floresta, mais deve ser feito. A Iniciativa de Direitos e Recursos (RRI) identificou que 24 países estão prontos para projetos em escala nacional ou subnacional que visam implementar reformas de posse florestal, estimadas em cerca de US $ 8 bilhões para mapeamento, delimitação e titulação de terras indígenas e comunitárias.[2]

Este relatório identifica que dos US $ 2,7 bilhões desembolsados para direitos territoriais e gestão territorial e ambiental por povos indígenas e comunidades locais, apenas 11% foram descritos como destinados a promover a segurança da posse.

"Um estudo recente da Rainforest Foundation Norway mostrou que um terço da área da floresta tropical foi perdido, enquanto outro terço está degradado, deixando apenas um terço intacto."

Isso constitui três por cento do que o RRI identificou como necessário para uma real reforma fundiária . Relativamente poucos doadores priorizam essas linhas de trabalho como parte de sua ajuda ao desenvolvimento. Os Estados Unidos e a Noruega foram os maiores contribuintes em termos absolutos, seguidos por outros doadores importantes, incluindo Alemanha, Reino Unido e Suécia.

Considerando sua participação no total da Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA), a Noruega apoia esses temas em um ritmo muito mais alto em comparação com seus pares na Alemanha e no Reino Unido. A Alemanha, o Reino Unido e os Estados Unidos indicaram que aumentarão o financiamento para as metas de clima e biodiversidade. O aumento do apoio à posse e gestão da floresta pelos povos indígenas e comunidades locais deve ser uma parte fundamental dessa agenda.

Os intermediários de ONGs e fundações privadas desempenharam um papel fundamental prestando apoio direto às organizações indígenas e das comunidades locais. Embora as fundações filantrópicas privadas tenham contribuído com apenas três por cento dos desembolsos totais em apoio à esses temas, elas estabeleceram as melhores práticas para conceder subvenções diretas, flexíveis e menos burocráticas para esses atores focais. Isso criou as bases para um apoio mais direto às organizações indígenas e de comunidades locais, tanto de fontes públicas quanto privadas. Graças às inovações e ao progresso no desenvolvimento de capacidades organizacionais, agora há mais canais disponíveis para financiar o trabalho dessas organizações e mais soluções para financiar povos indígenas e comunidades locais diretamente

Ações para melhorar a gestão e a proteção da terra e dos ecossistemas por meio de soluções baseadas na natureza (SbN) estão ganhando cada vez mais atenção como soluções para as crises climáticas e de biodiversidade. O maior potencial de redução de emissões das SbN vem da proteção e restauração de florestas tropicais. Com o papel fundamental dos povos indígenas e das comunidades locais na proteção eficaz e na gestão sustentável das florestas tropicais, os profissionais e financiadores de soluções baseadas na natureza devem trabalhar com esses atores de forma que, em vez de minar seus direitos à terra, sua segurança econômica, e seu bem-estar, esses sejam fortalecidos.

Os responsáveis pela tomada de decisões devem colocar os direitos, especialmente os direitos dos povos da floresta, no centro de seus esforços de SbN. Isso inclui um apoio significativamente maior aos povos indígenas e às comunidades locais, tanto financeira quanto politicamente, para lhes permitir desfrutar da posse segura de suas terras tradicionais e continuar a administrar suas terras e florestas de forma sustentável.

Nosso futuro comum depende disso.

2) RRI. 2020. "The Opportunity Framework: Identifying Opportunities to Invest in Securing Collective Tenure Rights in the Forest Areas of Low and Middle-Income Countries." ["O quadro de oportunidades: identificando oportunidades para investir na garantia dos direitos de posse coletiva em áreas florestais em países de baixa e média renda"]. RRI. https://rightsandresources.org/wp-content/uploads/2020/09/Opp-Framework-Final.pdf. RRI and Tenure Facility 2021. "Scaling-Up the Recognition of Indigenous and Community Land Rights: Opportunities, Costs and Climate Implications Technical Report." RRI and Tenure Facility. RRI. 2020. ["Expandindo o reconhecimento dos direitos territoriais Indígenas e comunitários: Relatório técnico sobre oportunidades, custos e implicações climáticas."] RRI. https://rightsandresources.org/wp-content/uploads/2020/09/Opp-Framework-Final.pdf.

RECOMENDAÇÕES

As principais recomendações que emergem deste relatório são para que os doadores estabeleçam metas mais altas em termos da quantidade de recursos destinados à direitos territoriais e gestão territorial e ambiental por povos indígenas e pelas comunidades locais e à proporção que atinge as organizações representativas desses atores. Para fazer isso de forma eficaz, todos os atores na cadeia de financiamento devem aproveitar a experiência acumulada e expandir suas operações para canalizar de forma mais estratégica e eficaz o financiamento dos doadores diretamente para povos indígenas e comunidades locais que, em última instância, farão a diferença.

Doadores

- Priorizar e aumentar o financiamento para direitos territoriais e gestão territorial e ambiental por povos indígenas e comunidades locais como parte de iniciativas emergentes sobre clima e biodiversidade, incluindo Soluções Baseadas na Natureza (SbN).
- Aumentar o apoio direto aos povos indígenas e organizações comunitárias locais. Identificar as barreiras administrativas para financiar organizações de povos indígenas e comunidades locais diretamente e eliminá-las quando possível.
- Desenvolver parcerias estratégicas com organizações ou instituições adequadas que possam atuar como intermediárias quando necessário e aumentar o apoio por meio delas.
- Fornecer apoio para o desenvolvimento institucional de organizações e intermediários dos povos indígenas e das comunidades locais como parte integrante do apoio ao programas.
- Promover uma melhor inclusão dos temas direitos territoriais e gestão territorial e ambiental pelos povos indígenas e comunidades locais nas estratégias nacionais de clima e biodiversidade e nos programas de desenvolvimento financiados bilateralmente ou por meio de bancos multilaterais de desenvolvimento.
- Alinhar-se com os programas nacionais e locais que visam apoiar a posse, gestão e meios de vida sustentáveis dos povos indígenas e das comunidades locais, para promover sinergias e reduzir a carga administrativa sobre as organizações e comunidades de povos indígenas e as comunidades locais.
- Garantir a inclusão e distribuição equitativa dos benefícios dos pagamentos baseados em resultados nos programas REDD + [Redução de Emissões causadas pelo Desmatamento e Degradação Florestal].
- Aumentar a coordenação entre os doadores, incluindo fundações privadas, para alavancar os pontos fortes relativos de cada doador e harmonizar os requisitos de conformidade dos projetos tanto quanto possível.

Governos de países com florestas tropicais

- Priorizar a posse e gestão florestal de povos indígenas e de comunidades locais nas estrategias nacionais para clima, REDD + e biodiversidade e em programas de desenvolvimento. Integrar povos indígenas e comunidades locais como principais interessados e parceiros na implementação dessas estratégias

- Garantir o acesso e a distribuição justa de financiamento para o clima e a biodiversidade para os povos indígenas e as comunidades locais por meio de, entre outras coisas, mecanismos de repartição de benefícios

- Incluir representantes dos povos indígenas e das comunidades locais na tomada de decisões dos mecanismos financeiros nacionais

- Reconhecer as organizações de povos indígenas e comunidades locais como entidades legais, o que lhes permite receber financiamento e participar de projetos.

ONGs que financiam organizações indígenas e de comunidades locais

- Adotar a "posicão" de ser um intermediário e tentar melhorar a prestação de serviços para seus parceiros indígenas e locais. Investir em sistemas, treinamento e construção de relacionamento para que o as equipes estejam mais bem informadas sobre os contextos locais e possam oferecer valor aos parceiros

- Coordenar e apoiar o desenvolvimento de capacidades das organizações dos povos indígenas e comunidades locais

- Aumentar sua própria capacidade para uma gestão mais eficaz de recursos nos temas de direitos territoriais e gestão territorial e ambiental

- Empoderar povos indígenas e comunidades locais, aumentando o fluxo de financiamento e a flexibilidade para a tomada de decisões em relação aos próprios OPI [Oferta Pública Inicial]. Promover o financiamento direto quando os esforços de construção de capacidade tenham resultado em parceiros locais suficientemente fortes

- Aumentar a representação dos povos indígenas e comunidades locais em órgãos governamentais para melhor informar a tomada de decisões e a elaboração de políticas

Organizações dos povos indígenas e comunidades locais

- Encontrar maneiras de interagir com doadores e intermediários que possam estar longe de sua área. Desenvolver um conjunto de intermediários e doadores confiáveis

- Melhorar as redes com intermediários e doadores no país

- Documentar os efeitos da gestão sustentável e usá-los para apresentar aos doadores uma base empírica para aumentar o financiamento

- Priorizar o desenvolvimento da capacidade institucional como componente dos programas, incluindo o desenvolvimento da capacidade de longo prazo da equipe central das organizações

- Reconhecer a força da sua organização frente aos doadores e intermediários e procurar amortecer os impactos negativos potenciais dos fundos dos doadores nas comunidades e nas prioridades da comunidade.